

Nota da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS)

à 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde

Os problemas pelos quais passa o Sistema Único de Saúde (SUS) encontram raízes ao longo de toda sua história. Apesar de ser considerado, em seu arcabouço jurídico, uma das propostas de políticas de saúde mais avançadas do mundo, ainda convive com inúmeras contradições, expressas na insuficiência em prover ações em saúde de maneira a atender integralmente as necessidades de toda a população.

Desde sua criação, com a Constituição de 1988, o SUS se encontra submetido à lógica neoliberal que orienta as políticas adotadas pelo Estado brasileiro. Ao longo de seus quase trinta anos de existência, sua proposta inicial foi sendo descaracterizada por arranjos institucionais, medidas administrativas e adequações gerenciais exigidas pela aplicação do receituário neoliberal com o qual nenhum governo cogitou romper.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, realizado em 1995 durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que no título se apresentava como reforma, mas que na prática constituiu-se seu verdadeiro oponente, portanto uma contrarreforma, modificou o status da saúde, incluindo-a dentre os “serviços não exclusivos do Estado”, estabelecendo as bases para os chamados “Novos Modelos de Gestão”: Organizações Sociais (OSs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), instituídas no governo Fernando Henrique Cardoso (1998 e 1999, respectivamente); Parcerias Público-Privadas (PPPs), regulamentadas no primeiro governo Lula (2004); Fundação Estatal de Direito Privado, proposta apresentada no segundo governo Lula (2007) e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), criada durante o governo Dilma (2011).

A consequência direta dessa mudança é que o Estado desde então pôde se desresponsabilizar da execução das ações em saúde, limitando-se a mediar contratos e estabelecer metas junto a essas novas figuras jurídicas. Como “serviço”, as necessidades da população são substituídas pela relação custo-benefício na orientação dessas ações e a saúde perde seu caráter de “direito” estabelecido na Constituição. Esses “Novos Modelos de Gestão” nada mais são do que formas “disfarçadas” de privatização, uma vez que envolvem repasse de dinheiro público para organizações de caráter privado.

Mas o avanço do setor privatista sobre o fundo público não se limita a essa forma. Aumenta, a cada dia, a necessidade de compra de serviços de média e alta complexidade. Os contingenciamentos impostos ao SUS impediram a implementação de uma rede própria de serviços de saúde e o setor privado deixou de ser complementar para se tornar hegemônico nas ações que envolvem custos elevados.

A ampliação da Atenção Básica pode parecer um movimento contraditório a essa lógica, mas não é. Apesar de reconhecer seus avanços, ela representa um setor em que os custos são baixos com relação à população assistida, também respondendo à questão custo-efetividade. Sua ampliação sem correspondência nos outros níveis de atenção compromete a plena garantia da integralidade. Nestes moldes, o Estado assume as ações com pouca possibilidade de contribuir com o processo de acumulação do capital e alimenta o setor

privatista com a compra de serviços de maior complexidade, apesar de que alguns deles, como as urgências e emergências, por não se tratarem de atividades lucrativas, ainda são, em sua maioria, de responsabilidade do Estado.

Torna-se importante notar que os problemas que envolvem o Sistema Único de Saúde não se restringem à questões setoriais, mas fazem parte do próprio modelo de desenvolvimento econômico adotado no país, onde constantes cortes de recursos para as políticas sociais se associam a mecanismos que comprometem esses já poucos investimentos, como é o caso da Desvinculação de Receitas da União (DRU), reeditada em agosto de 2016, aumentando para 30% a retirada de recursos da seguridade social, por parte do executivo, para fins de garantia das políticas de superávit primário até o ano de 2023. Neste sentido, é emblemático que em 2015 o país tenha destinado 42,43% do orçamento da união para pagamento de juros e amortizações da dívida e somente 4,14% para a saúde.

Com o advento do governo Temer os ataques ao SUS se intensificam. Seu forte vínculo com o setor privatista fica claro com a escolha de um ministro que teve sua candidatura a deputado federal financiado por um grande plano privado de saúde. Isso explica suas declarações de que o SUS é “incompatível” com o atual momento com que passa o país, necessitando ser “revisto”. Para tanto, apresenta o projeto de criação de “planos acessíveis de saúde”, cabendo ao Estado oferecer serviços básicos àqueles que não podem arcar com essa despesa, além de aprofundar a compra de serviços da iniciativa privada para os procedimentos de alto custo não cobertos por esses planos e caros o suficiente para impedir seu acesso. Tal proposta inclusive, responde a uma necessidade dos planos privados de saúde na tentativa de reintegração de parcelas consideráveis de seus segurados que deixaram de fazer uso dos mesmos em função da crise que hoje assola o país, estimados em 1,5 milhões de pessoas no ano de 2016.

Ressalta-se também o setor de planos e seguros privados de saúde já se encontram em uma situação privilegiada, gozando de subvenções e isenções fiscais que representam um volume considerável de impostos que deixam de ser arrecadados e poderiam ser utilizados na saúde pública. Com a possibilidade de entrada de capital estrangeiro para atuação na área da saúde, aprovada ainda no governo Dilma, definitivamente a saúde se inscreve como mercadoria no processo de mercantilização da vida próprio das sociedades capitalistas.

Os recentes ataques pelos quais a classe trabalhadora vem passando, como a Reforma Trabalhista, a anunciada Reforma da Previdência e a Emenda Constitucional 95, que congela os gastos sociais por 20 anos, trarão impactos profundos sobre as condições de vida da população e, conseqüentemente, sobre suas condições de saúde. Teremos mais pessoas doentes e ações em saúde insuficientes para o atendimento de todos.

Alheios a essa questão e contribuindo para sua piora, mudanças na configuração do sistema de saúde já estão sendo tomadas. A recém aprovada Política Nacional de Atenção Básica (PNAB),

além de desconsiderar toda a construção histórica de processos participativos na tomada de decisões com relação às políticas de saúde, representam um retrocesso na execução das ações em Atenção Primária à Saúde no país. Sua flexibilização, permitindo outros arranjos para além da Estratégia de Saúde da Família, comprometem, dentre outras, as ações de Vigilância em Saúde, essenciais para a promoção, prevenção e proteção à saúde.

Com a percepção da necessidade de se discutir a Vigilância em Saúde diante de todos esses problemas é que os participantes da XV Conferência Nacional de Saúde deliberaram pela realização da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. Mais do que nunca estamos diante do fortalecimento do modelo biomédico de assistência à saúde, biologicista, curativista, hospitalocêntrico, com ênfase na medicina e suas especialidades e fortes vínculos com as empresas farmacêuticas, indústrias médico-hospitalares, redes privadas de apoio diagnóstico e sistema financeiro nacional e internacional.

A própria complexificação da sociedade capitalista impõe novos desafios à Vigilância em Saúde e que não podem ser desconsiderados para a sua retomada e fortalecimento. O crescimento desordenado das grandes cidades que está relacionado com o aumento da violência, em especial nas periferias, não se limitando mais a problemas de saneamento básico, abastecimento de água e questões de infraestrutura urbana. Destaca-se também questões demográficas e epidemiológicas que não dizem respeito somente ao aumento da população, seu envelhecimento e mudanças na distribuição de doenças, mas também às respostas necessárias por parte dos serviços de saúde para o atendimento dessas demandas, concorrendo para isso o advento de novos conhecimentos e tecnologias. Outra questão é que a discussão sobre o meio ambiente precisa ser analisada não só à luz do papel privilegiado do agronegócio no país, com expansão das áreas de cultivo, uso indiscriminado de agrotóxicos, desregulamentação do uso de transgênicos, abuso na utilização de antibióticos na pecuária, mas também com relação aos impactos socioambientais dos “megaprojetos” governamentais, além da lógica do consumo desenfreado com esgotamento de recursos naturais, em especial a água. Ressalta-se que as novas demandas advindas dos movimentos sociais precisam de atenção, como aquelas relacionadas ao enfrentamento dos problemas de discriminação e violência contra mulheres, população negra e LGBT, principalmente num momento de crescimento da onda conservadora no país.

Enfim, é preciso retomar o papel estratégico da Vigilância em Saúde na garantia do direito à saúde no país, com a robustez necessária para enfrentar seus velhos e novos problemas. O desafio não é pequeno: estabelecer um modelo de atenção à saúde voltado para a redução do risco da doença e de outros agravos onde a promoção, proteção e prevenção sejam valorizados e recebam a devida importância, assim como a assistência e a recuperação à saúde, de modo que todos os níveis de atenção à saúde coexistam de acordo com as necessidades da população.

A saída para superarmos esse processo de desmonte de direitos está, sem dúvidas, na necessária reorganização da classe trabalhadora. Confiar somente no jogo institucional, através das eleições burguesas ou na restrição da participação social às instâncias governamentais, provou-se insuficiente. Somente a retomada do trabalho de base nos locais de trabalho, moradia, estudo e assistência é que permitirá o avanço da consciência e do grau de organização necessários para superar as lutas de resistência e avançar para a construção de um projeto de sociedade que atenda aos interesses da maioria da população.

A Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde pauta sua participação na 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde na defesa do sistema de saúde público, gratuito, 100% estatal, que atenda todas as necessidades da população, calcado na promoção da saúde e prevenção de doenças, com base na Atenção Básica e ações intersetoriais; na defesa dos direitos e valorização dos profissionais de saúde; advogando a necessidade de uma gestão profissionalizada, radicalmente democrática e de uma rede de serviços com autonomias administrativa e financeira, regionalizada, hierarquizada e com políticas sendo definidas pela ampla, organizada e irrestrita participação popular.

Deste modo, defendemos também:

- **Revogação imediata das contrarreformas e retrocessos do Governo Temer: Contrarreforma Trabalhista, Terceirização Irrestrita e Emenda Constitucional 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal e congela por vinte anos os gastos públicos;**
- **Defesa da Seguridade Social, possibilitando políticas sociais intersetoriais que assegurem os direitos relativos à saúde, previdência, assistência social, educação, trabalho e moradia;**
- **Retirada imediata também da PEC 287 da Reforma da Previdência Social**
- **Revogação das leis da EBSERH, Fundações, OS's, OSCIP's e estatização da gestão e produção em saúde**
- **Revogação da lei que aprovou a entrada do capital estrangeiro na saúde**
- **Retirada imediata da PEC 29/2015 que altera o artigo 5º da Constituição Federal e torna crime de aborto a interrupção da gravidez desde a concepção;**
- **Realização de Concurso Público pelo RJU;**
- **Plano de Carreira dos Servidores do Sistema Único de Saúde;**
- **Taxação das Grandes Fortunas;**
- **Auditoria Cidadã da Dívida Pública com suspensão imediata do pagamento dos juros.**

QUEM SOMOS?

A Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde foi criada em 2010 e integra diversas organizações, movimentos sociais e militantes da área saúde. Desde sua criação vem se empenhando em um esforço coletivo para articular as diversas lutas em defesa do SUS de

caráter público, 100 % estatal e de qualidade; contra os processos de privatização com que o sistema de saúde brasileiro vem passando; e a favor de melhorias das precárias condições salariais e de trabalho em que se encontram os diversos profissionais de saúde.

Nenhum direito a menos! Nenhum serviço de saúde a menos!

Nenhum trabalhador de saúde a menos!

Entre em contato com a Frente! Venha fazer parte desta Luta!